



# **Caderno reivindicativo**

**2018**

**Março 2018**

## **Enquadramento**

A Federação Nacional dos Médicos (FNAM) sempre se evidenciou pelo seu total empenho na dignificação da profissão médica e na redinamização das Carreiras Médicas enquanto garantes da qualidade da prestação de cuidados aos cidadãos, constituindo a base de sustentação do Serviço Nacional de Saúde (SNS).

Os médicos foram particularmente penalizados pela ação política dos últimos governos, com destaque para o anterior, que se pautou por uma clara desvalorização e até descaraterização do seu exercício profissional.

A evidência dos últimos anos tem demonstrado que o atual governo mais não tem feito do que dar seguimento a esta política destrutiva, ao não atender às mais que justas reivindicações dos sindicatos.

De acordo com o enquadramento legal e constitucional das organizações sindicais, o direito à negociação é um dos princípios basilares de que a FNAM não abdicará em circunstância alguma, como sempre aconteceu com todos os governos que estiveram em funções.

Enquanto organização sindical que sempre procurou pautar a sua intervenção por parâmetros de elevado sentido de responsabilidade e por uma formulação reivindicativa assente em pressupostos realistas e exequíveis, a FNAM reafirma o seu empenhamento pleno para manter as convergências e plataformas de ação comum com as outras organizações médicas, designadamente no plano reivindicativo e negocial.

Assim sendo, foram compiladas no presente documento as principais medidas reivindicativas apresentadas pela FNAM em sucessivas rondas negociais e que o Ministério da Saúde tem sistemática e chocantemente ignorado.

## Medidas reivindicativas

### Política de Saúde

Colocar a Contratação Coletiva no centro da política de negociação sobre todas as matérias socioprofissionais dos médicos

Parcerias Público-Privadas: fiscalização e avaliação com transparência

Contratos com empresas de cedência de mão-de-obra. Limitação de contratos de prestação de serviços

### Grelhas salariais e condições de trabalho

Revalorização salarial

Esqueleto das normas de organização do trabalho médico

Penosidade

Proceder à reposição integral dos cortes salariais e do adequado pagamento das horas extraordinárias pelo Decreto de Lei (DL) n.º 62/79

Trabalho prestado ao sábado e ao domingo, para além da urgência interna e externa, remunerado de modo específico

Incentivos à fixação em zonas carenciadas

Férias / Licenças

Descongelamento gradual das carreiras (novo e repetido do SIADAP)

Reposição horas incómodas / horas de qualidade

### Concursos

Abertura de concursos para assistentes hospitalares

Abertura de procedimento simplificado para recrutamento de recém-especialistas: 2 época Medicina Geral e Familiar (MGF) 2017

Médicos indiferenciados por não acesso à formação 2017

Abertura do concurso nacional de habilitação ao grau de consultor

Autorização para abertura do procedimento de seleção para a categoria superior de assistente graduado sénior

Abertura dos Concursos de Mobilidade Hospitalar

DL n.º 188/2015 - Regula os termos e condições relativas à obtenção do grau de especialista em MGF, a título excecional, dos clínicos gerais

Revisão do diploma que regulamenta a tramitação do procedimento concursal nacional de habilitação ao grau de consultor, aprovado pela Portaria n.º 217/2011, de 31 de maio, alterada pela Portaria n.º 356/2013, de 10 de dezembro e, mais recentemente, pela Portaria n.º 274-A/2015, de 8 de setembro

Provimentos *ad hoc*: favorecimentos e arbitrariedades

## Hospitalar

Início dos trabalhos conducentes à revisão da carreira especial médica, bem como da carreira médica dos estabelecimentos Entidade Pública Empresarial (EPE), incluindo as matérias com incidência remuneratória.

Redução do período normal de trabalho (PNT) afeto ao Serviço de Urgência (SU) de 18 horas para 12 horas

Abertura dos Concursos de Mobilidade Hospitalar

Reposição do trabalho incómodo

Desenvolvimento do processo negocial tendente à regulamentação dos Centros de Responsabilidade Integrados (CRI)

Definição do regime jurídico das equipas médicas nos serviços de saúde de urgência externa e interna, unidades de cuidados intensivos, unidades de cuidados intermédios, constituídas por trabalhadores médicos afetos, exclusivamente, ao exercício de funções naquelas unidades

Equipas dedicadas

## Saúde Pública

Agilização do procedimento de extensão do regime de disponibilidade permanente a médicos especialistas na área de saúde pública,

Definição do regime remuneratório pelo exercício da função de autoridade de saúde;

Saúde Pública como charneira essencial para a fundamentação do processo de decisão no SNS – intervenção e prevenção

## Internato Médico

Criação de um grupo de trabalho misto, para a definição de critérios objetivos para a determinação da capacidade formativa dos serviços e estabelecimentos de saúde, no sentido de se criarem condições para o aumento do número vagas para formação específica.

Integração, na portaria de regulamentação do internato, da obrigatoriedade de abertura de concurso um mês após a conclusão do mesmo.

## Medicina Geral e Familiar (MGF)

Generalizar a Reforma dos Cuidados de Saúde Primários (CSP), criando iguais condições de acesso e qualidade na prestação de cuidados de saúde

Avaliação da lista de utentes por médico de família, ajustando a ponderação à evolução da morbilidade e necessidades em saúde

Fim ao sistema de cotas na evolução para Unidades de Saúde Familiar (USF) modelo B

Suspender processo de municipalização

Abertura dos Concursos de Mobilidade em MGF

Incentivos para todas as unidades de CSP

Contratualização

Fim das USF A

Promoção das Unidades de Cuidados de Saúde Primários (UCSP)

Equidade de incentivos individuais MGF, independentes do modelo organizacional

Nova Lei Orgânica das Administrações Regionais de Saúde (ARS)

## **Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho dos Trabalhadores da Administração Pública (SIADAP)**

Revisão do regime que procedeu à adaptação do subsistema de avaliação do desempenho dos trabalhadores da Administração Pública (SIADAP 3) a trabalhadores integrados na carreira especial médica, Portaria n.º 209/2011, de 25 de maio

Estratégia sindical para a concretização dos pareceres jurídicos dos escalões e sua aplicação imediata

Recolha de informação relativa ao grau de implementação do SIADAP 3 no biénio de 2015/2016, no sentido de aferir a necessidade de adoção de medida legislativa que permita a avaliação do desempenho daquele período

## **Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM)**

Revisão do Acordo Coletivo de Trabalho, comumente designado Acordo Coletivo n.º 2/2009, no sentido de o adaptar à especificidade dos trabalhadores médicos do INEM

## **Direções e chefias**

Reintrodução da eleição do Diretor Clínico e do Presidente do Conselho Clínico

Introdução de concursos-públicos para a nomeação dos cargos de gestão

Definição do regime remuneratório devido pelo regime de exercício dos cargos de direção e chefia

## **Ministério da Justiça**

Negociação das carreiras de médicos no Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses (INMLCF) e em Estabelecimentos Prisionais

## **Ministério da Defesa**

Negociação das carreiras de médicos civis afetos ao Ministério da Defesa